

**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R ASECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

Comissão de Pregão II

privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

19.1.1 - *Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:*

19.1.2 - **Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato** ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior. **(grifei)**

19.1.3 - *Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.*

19.1.4 - *O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.*

Quanto ao Alvará Sanitário, o mesmo foi verificado, por esta comissão, junto ao SICAF, com validade até 31/03/2024, não assistindo razão a recorrente.

Também houve falha por parte deste pregoeiro, ao não solicitar o envio da Declaração de Vistoria ou Não Vistoria prevista no Termo de Referência, visto que toda a habilitação foi procedida através da verificação dos documentos constantes do SICAF em obediência ao art. 36 da IN SEGES/ME 073/2022, sem no entanto convocar, através do sistema, os demais documentos que não estavam contemplados no SICAF, com exceção

**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R ASECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

Comissão de Pregão II

Declaração Unificada – Anexo IV, conforme dispõe o §1º do mesmo artigo da Instrução Normativa, *in verbis*:

Art. 39. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos, quando os procedimentos licitatórios forem realizados por órgãos ou entidades a que se refere o art. 1º ou por aqueles que aderirem ao Sicaf.

§ 1º Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, quando solicitado pelo agente de contratação, ou comissão de contratação quando o substituir, até a conclusão da fase de habilitação.

Também não foi oportunizado a empresa a prerrogativa do envio de complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame e a atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas. Tal prerrogativa está prevista tanto no art 39, §4º, incs. I e II da IN SEGES/ME nº 73/2022, quanto no art. 64, incs, I e II da Lei nº 14.133/2021, disciplinados pelos itens 15.8 a 15.10 do instrumento convocatório, vejamos:

INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 73, DE 30 DE SETEMBRO DE 2022

§ 4º Após a apresentação dos documentos de habilitação, fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A



SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

PROCESSO Nº: 6.466/2024

RUBRICA:  FOLHA: 81

Comissão de Pregão II

I - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e (grifei)

II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas. (grifei)

LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021

Art. 64. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

I - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2024 – UASG 985867

15.8 – Encerrado o prazo para envio da documentação (habilitação ou proposta) de que trata o item 15.6.1 poderá ser admitida mediante realização de diligência a apresentação de novos documentos para a:



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A



SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

PROCESSO Nº: 6.466/2024

RUBRICA: E FOLHA: 82

Comissão de Pregão II

15.8.1 - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas; (grifei)

15.8.2 – apresentação de documentos de cunho declaratório emitidos unilateralmente pelo licitante; (grifei)

15.8.3 - Aferição das condições de habilitação ou de classificação do licitante decorrentes de fatos ou condições preexistentes ao momento da abertura do certame; (grifei)

15.9 – A realização ou não de diligência ocorrerá mediante decisão fundamentada do Pregoeiro antecedida do de diálogo com os setores administrativos interessados no objeto da licitação, não se configurando direito subjetivo do licitante a juntada de documentos após o encerramento do prazo estabelecido no item 15.6.1.

15.10 - A apresentação de documentos complementares, substitutivos ou esclarecedores por meio de diligência será realizada no prazo de 02 (duas) horas, exclusivamente pelo sistema eletrônico, e findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação restará preclusa, em caráter definitivo, a possibilidade de o licitante juntar novos documentos, o que implicará em sua inabilitação ou desclassificação do certame.

No entanto, salientamos que é de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos

**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R ASECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA*Comissão de Pregão II*

responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

III. DAS DILIGÊNCIAS

Por todo o exposto, tendo em vista que algumas das alegações são de cunho estritamente técnico, feitas as considerações acima narradas, encaminho o presente processo, na forma que dispõe o subitem 26.11 do edital do Pregão Eletrônico nº 90005/2024, para pronunciamento de ordem técnica junto ao setor requisitante do objeto licitado, a fim de subsidiar a decisão deste pregoeiro ante ao recurso interposto.

Após, solicito que os autos sejam encaminhados à Procuradoria Geral do Município para análise os aspectos jurídicos recorridos, sobretudo quando a aplicação da prerrogativa prevista tanto no art 39, §4º, incs. I e II da IN SEGES/ME nº 73/2022, quanto no art. 64, incs, I e II da Lei nº 14.133/2021, disciplinados pelos itens 15.8 a 15.10 do instrumento convocatório, com vistas ao equívoco deste pregoeiro no processamento da habilitação da empresa **IOL INSTITUTO DE OLHOS DOS LAGOS**, em um eventual retorno da fase de seleção do fornecedor ante ao provimento dos aspectos recorridos.

Nova Friburgo, 02 de abril de 2024.



JONATHAN PINHEIRO CHAVES
Pregoeiro – Comissão de Pregão II
Matricula: 206.870

Gestão de Processos, Contratos e Convênios – SMS

Processo nº 6466/2024


DESPACHO

O presente versa sobre RECURSO interposto pela empresa KTD SERVIÇOS MEDICOS LTDA, referente ao processo licitatório nº 25.651/2023, Pregão eletrônico nº 90005/2024, cujo objeto é a contratação de empresa especializada na prestação de procedimentos de Oftalmologia (aplicação de injeção intravítrea e tomografia de coerência óptica (OCT) pelo período de 1 (um) ano.

Considerando a manifestação da Comissão de Pregão II às fls. 77/78, solicitando o subsídio da equipe técnica requisitante quanto as alegações da recorrente e recorrida.

Desta feita, encaminhamos o presente à Central de Regulação, Controle e Avaliação para ciência e manifestação quanto ao questionado.

Nova Friburgo/RJ, 03 de abril de 2024.


Diana Roque Ecard
Gestão de Processos e Contratos - SMS
Matrícula 063.230



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

**S E C R E T A R I A
D E S A Ú D E**

CENTRAL DE REGULAÇÃO, CONTROLE E
AVALIAÇÃO - CRCA



Nº Proc. 6466/24
Rubrica
Folha 85

MEMO Nº 078/2024/PMNF/SMS/GRCA

Nova Friburgo, 10 de abril de 2024.

Ao
Ao setor de Gestão de Processos, Contratos e Convênios (GPCC)
Secretária Municipal de Saúde
Av. Alberto Braune, 225. Centro
CEP: 28605-020. Nova Friburgo RJ

Assunto: Informação interposição de recurso
Processo: 6466/2024

Em atenção ao processo supramencionado que versa sobre o recurso interposto pela empresa KTD SERVIÇOS MEDICO LTDA, referente ao processo licitatório nº 25.651/2023, pregão eletrônico 90005/2024.

Considerando a manifestação da comissão de pregão II as fls 77/78, cabe a este setor auxiliar quanto a prestação de informações anexas, com o intuito de instruir aos autos deste processo administrativo, relata se:

- I) Não é possível a realização da prestação do serviço pela empresa CENTRO DE ESPECIALIZAÇÃO MÉDICA - CNPJ 25.529.038/0001-87, sem que a mesma possua o cadastro ao CNES, invalidando desta forma o atestado de capacidade técnica.
- II) Produz consequente obrigatoriedade a apresentação de licença sanitária a qualquer estabelecimento de serviços em saúde, produzindo efeitos característicos ao local, não sendo possível a observância somente da regularidade fiscal.
- III) Não é possível a validação da inscrição junto CNES somente com a apresentação de declaração de solicitação. A validação somente é computada de forma efetiva, quando devidamente analisada pelo departamento de Informática do SUS, cabendo ao mesmo a apresentação compatível conforme mencionado. Atentar a data de realização do pregão eletrônico.

Aproveitamos à oportunidade para renovar nossos elevados votos de estima e distinta consideração e estamos a disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,


Frederico de Castro Alves
Matrícula 382.291
Coordenador de Nível Superior de Regulação, Controle e Avaliação
SMS - Nova Friburgo
Matrícula 382.291

De: Gestão de Processos, Contratos e Convênios – SMS

Processo nº 6.466/2024

Para: Procuradoria – Geral do Município de Nova Friburgo/RJ

DESPACHO

O presente administrativo versa sobre o RECURSO interposto pela empresa KTD SERVIÇOS MÉDICOS LTDA, referente ao processo licitatório nº 25.651/2023, Pregão Eletrônico nº 90005/2024, cujo o objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE PROCEDIMENTOS DE OFTALMOLOGIA (aplicação de injeção e tomografia de coerência óptica (OCT), pelo período de 1 (um) ano.**

Considerando a manifestação da Comissão de Pregão II acostada às fls. 83, remetemos estes autos a Douta Procuradoria – Geral do Município para que seja realizada a análise de aspectos jurídicos que fora solicitada.

Nova Friburgo/RJ, 10 de abril de 2024.



Diana Roque Ecard

Gestão de Processos, Contratos e Convênios – SMS

Matrícula 063.230



PROCESSO N° 6466
DATA 12/04/24
Folhas N° 87 Rubrica Felipe

Processo: 6.466/2024

Recorrente: KTD Serviços Médicos Ltda.

Recorrida: IOL Instituto de Olhos dos Lagos Ltda.

Assunto: Recurso - Licitação - Pregão Eletrônico n. 90.005 de 2024 - Processo Licitatório n. 25.651/2023

I. RELATÓRIO

Trata-se de recurso apresentado pela empresa recorrente acerca do resultado do julgamento do Pregão Eletrônico n. 90.005 de 2024 - Processo Licitatório n. 25.651/2023, que tem por objeto licitar a melhor proposta para a contratação, via registro de preços, de empresa especializada na prestação de procedimentos de oftalmologia (aplicação de injeção intravítrea e tomografia de coerência óptica - OCT).

Inicialmente, convém registrar que o procedimento foi recepcionado por esta assessoria jurídica em 11 de abril de ano em curso.

Para melhor didática e compreensão, passa-se ao relato dos fatos de forma segmentada.

I.1. Das Razões da Recorrente

Em síntese, a recorrente afirma às fls. 03/14 que a Comissão de Pregão II a inabilitou de forma equivocada e habilitou a recorrida após o término do prazo de manifestação de intenção de recurso previsto no edital.

Afirma que, em 26/02/2024, foi declarada habilitada e as intenções de recurso foram abertas às 17h40min, permanecendo até 17h50min, sem qualquer manifestação de intenção de recurso.



Afirma, ainda, que foi postada pelo Pregoeiro, após o término do prazo para a apresentação de manifestação de intenção de recurso, a seguinte informação: “*com vistas a assegurar maior dinamicidade e transparência ao certame, solicito que, caso exista qualquer apontamento ou objeção aos atos praticados nesta licitação até o presente momento, a respectiva manifestação seja, desde já, encaminhada ao email pregao2.novafriburgo@gmail.com*”, algo jamais visto em outros processos licitatórios.

Aduz que, no dia 28/02/2024, recebeu informação da Comissão informando que o certame seria novamente aberto no dia 29/02/2024, tendo sido reagendado para o dia 01/03/2024 por motivos de inatividade do sistema e, ao retomar a sessão à fase de julgamento que já havia sido finalizada, retornou com mensagens pelo chat informando que a recorrente havia sido inabilitada, em virtude de e-mail enviado pela recorrida, recebido em 27/02/2024, com diversos apontamentos que poderiam ensejar a alteração do resultado do certame, tendo sido a recorrida convocada a realizar negociação e considerada habilitada em 04/03/2024.

Alega, ainda, que no momento da apresentação de lances a recorrida apresentou lance manifestamente inexequível para o item 1, no valor de R\$ 155,00, que não foi cancelado nem pela empresa no prazo de 15 segundos previsto no edital nem pelo Pregoeiro no tempo comum, mas só posteriormente excluído pelo Pregoeiro com a justificativa de preço inexequível, sem desclassificar a recorrida, reabrindo novamente o tempo de disputa em mais 10 minutos, que ficou aberta sem prorrogação por 20 minutos, sem pudesse ofertar lances.

Dentre as razões de sua inabilitação pelo Pregoeiro, alega que:

i) a comprovação do capital mínimo de 10% ou valor total estimado da parcela pertinente, deve ser verificado em relação a cada item, em razão do critério de julgamento adotado ter sido o de menor preço por item, bem como que deveria oportunizar a empresa a escolher de qual item de contratação abriria mão para não ultrapassar o limite de 10% estipulado no edital;



ii) o cadastro no CNES subiu para o sistema no dia 27/02/2024 e apareceu na base online em 29/02/2024, cujo sistema de informação é tratado com base em competência de fevereiro e não em datas;

iii) o endereço do contrato social se trata de endereço fiscal, onde há realização de consultas, e o item 5.7 do Termo de Referência exige tão somente o cadastro compatível com o objeto licitado.

Afirma que a recorrida deve ser inabilitada, diante dos seguintes motivos:

i) a certidão de falência e concordata disponível no SICAF foi emitida em 06/03/2023, encontrando-se vencida, segundo item 18.2 do edital;

ii) a declaração de capacidade técnica emitida pela Prefeitura Municipal de Búzios em 31/01/2023 é incompatível com o objeto licitado, vez que trata de cirurgias oftalmológicas, e não atende à exigência do item 19.1.2 do edital, pois o contrato foi firmado em 20/04/2022, com conclusão prevista para 19/04/2023, não tendo sido concluído na data de emissão do atestado;

iii) não foi apresentado o alvará sanitário, conforme item 5.7 do Termo de Referência;

iv) não foi apresentada a declaração de dispensa de vistoria, conforme item 6.6 do Termo de Referência.

Por fim, requer a reconsideração da decisão para que seja declarada habilitada, por considerar que seu capital social atende aos 10% dos itens contratados e seu registro no CNES se encontra ativo, bem como que seja inabilitada a recorrida em razão da documentação faltante, ou, subsidiariamente, seja revogado o certame, tendo em vista que a Comissão de Pregão procedeu com julgamento não isonômico e se desvinculou do instrumento convocatório por meio de julgamento não objetivo.



PROCESSO N° 6466
DATA 12, 04, 24
Folhas N° 90 Rubrica Felipe

I.2. Das Contrarrazões da Recorrida

A recorrida apresentou suas contrarrazões às fls. 25/33 refutando as alegações da recorrente, afirmando que a decisão administrativa não merece reparos.

Quanto ao argumento de que deveria ser desclassificada por ter ofertado lance manifestamente inexequível, no valor de R\$ 155,00, afirma que tratou-se de mero erro de digitação, sendo que providenciou a exclusão do lance logo após a oferta, dentro do prazo de 15 segundos estabelecido pelo edital (item 12.7) e, ainda assim, não deveria ser desclassificada em razão de erro material, tendo em vista a vedação de formalismo exacerbado.

Aduz que o Pregoeiro agiu acertadamente ao possibilitar o “envio das impugnações ao resultado por e-mail”, e que a recorrente não cumpre com os requisitos de habilitação previstos no edital, sendo que a Administração é dotada do poder de autotutela para reconhecer o equívoco da decisão anterior, reformando-a.

Destaca, ainda, quanto à comprovação do capital mínimo de 10%, que se aplica nos casos em que a licitante somente tenha interesse e participe para item específico, o que não é o caso, uma vez que a recorrente participou da licitação para todos os itens, pois o encargo financeiro a ser contraído corresponde à soma dos valores unitários.

Esclarece que, com relação à ausência de registro no CNES, a próprio recorrente confessa a inobservância ao que exigia o edital ao informar que o registro somente apareceu na base online no dia 29/02/2024 e, considerando que a licitação ocorreu em 26/02/2024, confessadamente seu registro não estava ativo no momento do certame.

Afirma, ainda, que a divergência constatada entre os endereços do Contrato Social e o constante no CNES reforça a falta de confiabilidade do referido documento e necessidade de habilitação.

No tocante à sua habilitação, alega que atende a todas as exigências editalícias, devendo, também nesse ponto, ser desprovido o recurso, uma vez que:



i) consta no SICAF a certidão de falência atualizada, emitida na data de 19/01/2024, com validade até 18/04/2024;

ii) a declaração de comprovação de capacidade técnica evidencia a prestação de serviços de saúde de especialidade oftalmológica diagnóstica, terapêutica e cirúrgica ao Município de Búzios, anexando nova declaração de modo a ratificar o cumprimento do edital, atestando que foram executados os serviços compatíveis com o objeto licitado de forma eficiente até o encerramento da vigência contratual, ocorrida em 2023;

iii) o alvará sanitário sempre esteve e ainda está atualizado no SICAF;

iv) a declaração de dispensa de vistoria (Anexo IV) só deveria ser apresentada durante a sessão, no momento solicitado pelo Pregoeiro, conforme disposto no item 9.15 do edital.

Por fim, requer o desprovemento do recurso e a manutenção da decisão de declarou inabilitada a recorrente e reconheceu a proposta da recorrida como a mais vantajosa para a Administração, declarando-a habilitada e vencedora do certame.

I.3. Da Manifestação da Comissão de Pregão II

O Pregoeiro, em despacho acostado às fls. 60/83, manifestou-se acerca do recurso, esclarecendo os apontamentos realizados pela recorrente e pela recorrida.

Esclarece que, em 26/02/2024, encerrada a fase de habilitação da 1ª sessão do Pregão, foi aberto o prazo de 10 (dez) minutos para manifestação de intenção de recurso, o qual foi finalizado sem que qualquer empresa registrasse intenção de recorrer, tendo o certame sido regularmente encerrado e declarada vencedora a empresa recorrente. No entanto, em 27/02/2024, recebeu através de e-mail vários apontamentos feitos pela empresa recorrida, única concorrente no certame, quanto à habilitação da recorrente, os quais poderiam ensejar alteração no resultado do certame.



Alega que, ao contrário do afirmado pela recorrente, tais apontamentos não foram aceitos como “recurso administrativo”, tampouco como impugnação, mas sim revisão da decisão anterior em virtude do princípio da autotutela administrativa, com fundamento na Súmula 473 do STF, uma vez que constatou a habilitação equivocada da recorrente, a qual, caso mantida, embora regularmente processada, poderia vir a impossibilitar a contratação dos serviços pretendidos na rede de saúde na municipalidade caso revogada, motivo pelo qual decidiu pelo retorno da fase de seleção do fornecedor, descrevendo no chat as razões que ensejaram a inabilitação da empresa recorrente.

Afirma que, quando da finalização da segunda sessão, a recorrente já detinha total conhecimento dos motivos que ensejaram sua inabilitação.

Destaca, ainda, que o pregoeiro está autorizado a excluir lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, na forma do art. 22, §4º da IN 73/2022, motivo pelo qual excluiu o lance da recorrida no valor de R\$ 155,00 diante no inequívoco erro de digitação, uma vez que o último lance era de R\$ 1557,00.

Neste ponto, aduz que tanto a recorrente quanto a recorrida deixam claro um total desconhecimento do funcionamento do sistema de pregão eletrônico Compras.gov.br, evidenciando que a recorrida não só não excluiu o lance registrado errado no tempo de 15 (quinze) segundos permitidos pelo sistema, como ignorou o aviso do sistema que o lance estaria inferior à 50% do estimado para o item, bem como que tal exclusão não necessita de qualquer aprovação e/ou conformação pelo pregoeiro.

Quanto à verificação do atendimento da exigência de capital ou patrimônio líquido mínimo de 10%, afirma que é feita pelo valor estimado da contratação e não pelo valor do último lance, na forma do art. 69, § 4º da Lei nº 14.133/2021, sendo que, ao apresentar a proposta para o item 01 com valor total estimado de R\$ 215.900,00, deveria estar ciente de que possuía capital social de 20.000,00, apresentando falsa declaração para participação no certame, fato corroborado pelas alegações trazidas em suas razões, sugerindo a verificação pela autoridade superior de abertura de processo de apuração de infração administrativa e aplicação de sanções.



PROCESSO Nº 6466

DATA 12.04.24

93 Felipe

Ainda sobre o tema, afirma que a recorrente, ao alegar que deveria ter sido oportunizado à empresa escolher qual item da contratação abriria mão para não ultrapassar o limite dos 10% estipulado no edital, *“tenta criar uma nova regra, rasgando o texto de lei, para justificar sua alegação, entendendo o pregoeiro não assistir razão a recorrente quanto a este ponto”*.

Quanto ao cadastro da recorrente junto ao Cadastro Nacional de Estabelecimentos e Saúde - CNES, informa que fez diligência junto à Secretaria de Saúde de Campos Gerais - MG, órgão responsável pelo cadastramento dos estabelecimentos de saúde, de cuja resposta se extrai que o cadastro da recorrente foi solicitado junto à Superintendência do CNES em 06/02/2024, em data anterior à realização do certame, porém, exportado para a base do sistema apenas em 29/02/2024, 03 (três) dias após a finalização da primeira sessão do pregão.

Afirma que causa estranheza que a licitante tenha realizado o cadastro no CNES junto ao órgão responsável na Prefeitura de Campos Gerais - MG somente em fevereiro de 2024 e, apesar disso, ter apresentado atestado de capacidade técnica e contrato de prestação de serviços atestando a prestação de serviços objeto da licitação no período de novembro de 2023 a fevereiro de 2024, trazendo a convicção que a empresa recorrente prestou os serviços sem a regular inscrição atualizada junto ao CNES.

No que concerne ao alvará sanitário, informa que a Superintendência realizou o cadastro apenas com o alvará referente ao endereço fiscal no Município de Passos-MG, não sabendo informar sobre a necessidade de licença ou alvará sanitário do endereço da prestação do serviço, motivo pelo qual solicita subsidio à Secretaria de Saude, órgão técnico requisitante, para esclarecimento das questões apresentadas.



Quanto à alegação de que a recorrida apresentou a certidão de falência e concordata vencida e apresentou atestado de capacidade técnica incompatível com o edital, eis que foi emitida antes da conclusão do contrato, afirma que assiste razão à empresa, tendo havido *“falha por parte deste pregoeiro na verificação da data de validade da Certidão de Falência, emitida em 06/06/2023, logo vencida, bem como na verificação da Declaração de Capacidade Técnica, a qual foi emitida pelo declarante (...) antes da finalização do contrato”*, o que infringe o item 19.1 e subitens.

No que se refere ao alvará sanitário, alega que não assiste razão à recorrente, tendo sido verificado junto ao SICAF que consta com validade até 31/03/2024.

Aduz, ainda, que houve *“falha por parte deste pregoeiro, ao não solicitar o envio da Declaração de Vistoria ou Não Vistoria prevista no Termo de Referência”*, bem como que *“não foi oportunizado a empresa a prerrogativa do envio de complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes (...) e atualização dos documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas”*, na forma prevista no art. 39, § 4º, I e II da IN 73/2022 e art. 64, I e II da Lei nº 14.133/2021, disciplinados pelos itens 15.8 a 15.10 do edital.

Ressalta, no entanto, que é de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados, devendo proceder imediatamente à correção ou alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou se tornem desatualizados.

Por fim, requer pronunciamento do órgão requisitante e, após, solicita análise desta Procuradoria-Geral dos aspectos jurídicos, sobretudo quanto à aplicação da prerrogativa prevista no art. 39, § 4º, I e II da IN 73/2022 e art. 64, I e II da Lei nº 14.133/2021, disciplinados pelos itens 15.8 a 15.10 do edital, tendo em vista o *“equivoco deste pregoeiro no processamento da habilitação da empresa IOL INSTITUTO DE OLHOS DOS LAGOS, em um eventual retorno da fase de seleção do fornecedor ante ao provimento dos aspectos recorridos”*.

I.4. Da Manifestação da Secretaria Municipal de Saúde